

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO- **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 26, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a criação e implantação do Instituto de Desenvolvimento Territorial (IDT).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 19 de novembro de 2015, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação e implantação do Instituto de Desenvolvimento Territorial (IDT), conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SILVEIRA
Reitor

emc.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (IDT).

Anexo da Resolução nº 26/2015 - Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 19 de novembro de 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 26/2015 – CONSEPE

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

PALMAS/TO
2015

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO	5
1.1.	Identificação do projeto.....	5
1.2.	Identificação do Responsável pela proposta	5
2.	JUSTIFICATIVA.....	5
3.	OBJETIVOS	6
3.1.	Objetivo geral.....	6
3.2.	Objetivos específicos.....	7
4.	LINHAS DE PESQUISAS INTEGRADAS	7
5.	PROJETOS DE PESQUISA	7
5.1.	Otimização dos impactos econômicos regionais de investimentos nas hidrovias: Estudo de caso da Hidrovia do Tocantins	7
5.2.	Territorialização da política agrícola do MATOPIBA.....	9
6.	PROJETOS DE EXTENSÃO INTEGRADOS ÀS AÇÕES DE PESQUISA DO INSTITUTO 11	
6.1.	Implantação do Selo de Indicação Geográfica nos Artesanatos em Capim Dourado da Região do Jalapão, Estado do Tocantins	11
6.2.	Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade da Agricultura Familiar no Estado do Tocantins: Os Casos dos Territórios do Bico do Papagaio e da APA do Cantão	12
6.3.	Implementação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial nos Territórios do Sul, de Sudeste do Tocantins e Nordeste de Tocantins.	13
6.4.	Seminário Internacional sobre os Potenciais da Produção de Matérias Primas Renovável para a Agricultura Regional.....	14
7.	PROJETO DE INTERAÇÃO ENTRE CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO 14	
8.	PROJETO DE FORTALECIMENTO E EXPANSÃO COM QUALIDADE DO ENSINO DE GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO	15
9.	PROJETO DE UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS INCLUINDO AS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	15
10.	INTEGRANTES DO INSTITUTO.....	16
11.	PARCERIAS E FONTES DE FOMENTO.....	31
12.	RESULTADOS ESPERADOS	32
13.	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	33
13.1.	Estruturação do Instituto	33
13.2.	Infraestrutura do Instituto.....	36
13.3.	Administração Financeira	37
14.	PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO	37

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Identificação do projeto

Nome do Projeto: Instituto de Desenvolvimento Territorial (IDT)

Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Local de Execução: Universidade Federal do Tocantins - UFT

Resumo do Projeto:

Este projeto visa implantar um Instituto de Pesquisa e Extensão, na área das Ciências Sociais Aplicadas, com integração dos campi da Universidade Federal do Tocantins de Araguaína, Arraias, Palmas e Porto Nacional.

1.2. Identificação do Responsável pela proposta

Nome: Alex Pizzio da Silva

CPF: 508809500-72

RG: 1330378

Órgão expedidor/UF: SSP-TO

Profissão: Professor Universitário

Número de Telefone com DDD: (63) 32328160

E-mail: alexpizzio@uft.edu.br

2. JUSTIFICATIVA

As disparidades regionais de renda, de capacidades e de desenvolvimento em vários países tem se constituído em objeto de investigação tanto para pesquisadores do desenvolvimento econômico quanto para gestores de políticas públicas. No entanto, foi a partir da crise de 1929, ao provocar generalizada recessão econômica no mundo capitalista, que o problema das desigualdades regionais na maioria dos países industrializados foi colocado às claras. No entanto, a problemática do desenvolvimento regional passou a ser intensamente discutida por diversos teóricos, após a Segunda Guerra, influenciando fortemente o planejamento econômico regional nos países periféricos, especialmente, na América Latina.

No Brasil, entre os anos de 1920 e 1970, ocorre um forte movimento de concentração econômica no país, sob o comando da produção industrial concentrada, sobretudo, no Sudeste e em São Paulo, aguçando as diferenças regionais. A economia brasileira alcançou uma das maiores taxas de crescimento médio do PIB em todo o mundo, chegando a se posicionar entre as mais industrializadas. Porém, o caráter concentrador de seu modelo de desenvolvimento, seja em termos espaciais ou pessoais de renda, proporcionou a formação de uma sociedade com um dos maiores índices mundiais de desigualdades. Por exemplo, entre 1985 e 1997, a região Sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo, concentrou em média 58,86% do PIB do país, enquanto a parcela dos 10% mais ricos da população controlava quase 50% da renda nacional.

Para mitigar esse quadro, ao longo do século passado, foi crescente a demanda por políticas que proporcionassem a redistribuição de renda e a desconcentração da atividade econômica, verificando-se a criação de instituições e programas governamentais que tinham como meta o desenvolvimento das regiões mais pobres do país.

Nesse sentido, observa-se que a sociedade contemporânea tem exigido dos cientistas um número crescente de pesquisas que auxiliem na compreensão do processo de desenvolvimento regional e local, em todas as suas dimensões: social, econômico, ambiental e político. Assim, faz-se necessária uma constante troca de conhecimentos entre pesquisadores, estudantes e a comunidade em geral.

Sendo assim, o Instituto de Desenvolvimento Territorial - IDT compreende que pode contribuir na produção do conhecimento para a construção de uma sociedade mais desenvolvida e preparada para a condução de projetos regionais e locais de desenvolvimento, envolvendo os entes públicos e/ou privados, as forças sociais relevantes e os setores produtivos. Dessa forma, busca produzir os efeitos desejados na ampliação das capacidades para a redução das desigualdades regionais e pessoais, em especial, sobre o Centro-Norte brasileiro, contemplando a área da Amazônia Legal.

O IDT parte do pressuposto que o desenvolvimento regional/local é um processo complexo que se dá pela interação entre diversas escalas, passando pelo global, nacional, regional, local e capacidades humanas individuais. Ou seja, para uma região buscar seu desenvolvimento deve estruturar seus diversos fluxos de capitais, a saber: físico, financeiro, tecnológico, social e humano.

Esta proposta foi motivada pela existência de grupo de pesquisa já consolidado, cadastrado no CNPq e atuante desde 2004. O Grupo já atua na perspectiva apresentada e, com a criação do núcleo, objetiva incorporar as atividades que já desempenha, ampliando sua atuação em consonância com as exigências institucionais.

Este grupo foi fundamental para a implantação do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins no ano de 2006, e mais recentemente na criação do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas em 2012.

Assim, propõe à Universidade Federal do Tocantins - UFT mais uma forma de contribuir com o seu papel, criando o Instituto de Desenvolvimento Territorial - IDT.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Gerar, aplicar, gerir, compartilhar e disseminar conhecimento científico sobre o processo desenvolvimento regional e local no país – em múltiplas escalas e nas suas diversas dimensões (econômica, social, política e ambiental), utilizando uma perspectiva interdisciplinar, com particular atenção sobre o Centro-Norte brasileiro e Amazônia Legal. Estes conhecimentos serão disseminados para instituições públicas, privadas e para a sociedade em geral, contribuindo para a elaboração de políticas e ações que promovam o desenvolvimento, principalmente, nas escalas regional e local.

3.2. Objetivos específicos

- ✓ Produzir um banco de dados socioeconômicos sobre desenvolvimento regional e local no Brasil;
- ✓ Difundir conhecimentos práticos que auxiliem no processo de desenvolvimento regional e local, tais como empreendedorismo, inovação tecnológica e cooperativismo;
- ✓ Analisar cadeias produtivas existentes e potenciais e sua organização no Centro-Norte brasileiro
- ✓ Promover intercâmbio de conhecimento com instituições parceiras no Brasil e exterior de modo a fomentar a produção acadêmica;
- ✓ Estimular a capacitação de gestores públicos, professores e alunos em temas relacionados ao desenvolvimento regional e local;
- ✓ Fomentar o debate e estudos sobre as questões nacionais, regionais e locais;
- ✓ Desenvolver projetos estratégicos que estejam em consonância com as políticas governamentais, auxiliando na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento regional e local.

4. LINHAS DE PESQUISAS INTEGRADAS

A criação da linha de pesquisa se dará com: a) Delimitação do objeto de estudo; b) Delimitação das fontes de conhecimento da linha de pesquisa; c) Propósito ou finalidade da linha de pesquisa; d) Instrumentos e técnicas aceitas; e) Problemas em aberto.

Nesse contexto, as linhas de pesquisa propostas do IDT são:

1. Linha de pesquisa em Arranjos Produtivos Locais e Territorialização de Política de Desenvolvimento Regional;
2. Linha de pesquisa em Gestão Social;
3. Linha de pesquisa em Economia do Desenvolvimento Sustentável;
4. Linha de pesquisa em Capacidades Institucionais para Políticas e Planejamento do Desenvolvimento Regional e Local
5. Linha de Pesquisa em Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Local;
6. Linha de Pesquisa Matérias Primas e Energia Renováveis.

5. PROJETOS DE PESQUISA

Com vistas a buscar uma aproximação do IDT com as questões regionais e contribuir para a superação das desigualdades regionais assim como a introdução de novas tecnologias no setor econômico produtivo da região, os seguintes projetos de pesquisa são apresentados como parte das atividades a serem realizadas no IDT.

5.1. Otimização dos impactos econômicos regionais de investimentos nas hidrovias: Estudo de caso da Hidrovia do Tocantins

Uma das características do sistema logístico brasileiro é o notório desbalanço da matriz de transportes, que depende preponderantemente, do modo de transporte rodoviário. Conforme consta no Relatório do Plano Nacional de Logística e Transportes “a rodovia responde pela movimentação de 58% dos fluxos de carga (se excluído o transporte de minério de ferro, esta participação supera 70%) e por 95% dos passageiros no País. A participação do modo ferroviário

atinge 25% e as hidrovias 13% das cargas, restando aos modos dutoviário e aéreo participações em torno de 3,6% e 0,4%, respectivamente”. O mesmo relatório assera também que: “....., estima-se, de maneira conservadora, que os custos logísticos evitáveis, caso a matriz de transportes do Brasil fosse mais equilibrada, seriam da ordem de US\$ 2.5 bilhões por ano, evidenciando que a racionalização dos custos de transportes pode produzir efeitos significativamente benéficos sobre o componente mais expressivo dos custos logísticos, haja vista que, sob certas condicionantes e para determinados fluxos de carga, os fretes hidroviários e ferroviários, podem ser 62% e 37% mais baratos do que os fretes rodoviários.”

No que tange particularmente das hidrovias, reconhece o Ministério dos Transportes que esse modo apresenta as vantagens de grande capacidade de carga; baixo custo de transporte e de manutenção. Por outro lado, as desvantagens geralmente associadas ao transporte hidroviário são a baixa flexibilidade, o transporte lento, sua sensibilidade às climáticas. O próprio custo baixo de implantação, quando se analisa uma via de leito natural, pode ser elevado se existir necessidade de construção de infraestruturas especiais como: eclusas, barragens, canais, etc. Entretanto, essa política tem de levar seguintes aspectos em consideração:

- a) O financiamento público de infraestrutura tem de se basear em um estudo de fluxo de caixa fiscal futuro, e não do capital fiscal já acumulado;
- b) Na medida em que a infraestrutura, por si só, não é fonte suficiente de agregação de valor na economia e da necessária arrecadação fiscal, seu investimento tem de estar mais fortemente vinculado a efeitos catalíticos na economia regional;
- c) Portanto, há de se associar o investimento público mais diretamente ao processo de agregação de valor, que é em medida maior gerado no setor produtivo, ao longo das complexas cadeias produtivas em que se inserem suas unidades de produção;
- d) O investimento em infraestrutura tem de ser desenhado de forma a aumentar a eficiência do setor produtivo e seu potencial de agregação de valor, lhe conferido ganhos de eficiência e produtividade nas plantas e cadeias e consolidando economias espaciais;
- e) Não de se agregar ao investimento público outras ações públicas que contribuam para o processo de agregação de valor (ações complementares nos campos da educação, saúde, habitação, saneamento e outros serviços urbanos, proteção ambiental, etc.);
- f) Os efeitos catalíticos do investimento público no setor produtivo têm de se integrar ao mesmo, e esse vínculo tem de ser assegurado na concepção e execução do projeto público;
- g) O reconhecimento do papel preponderante do investimento público não deve desprezar o papel do investimento privado na infraestrutura, na medida em que complementam consideravelmente os recursos disponíveis para a implantação e operação de infraestruturas, como também são essenciais para a melhoria da qualidade e da gestão dos projetos. Assim sendo, a Engenharia Territorial, mesmo focada na obtenção da sustentabilidade fiscal dos empenhos públicos, visa igualmente, e precisamente em função do objetivo de obter o equilíbrio fiscal, promover e diretamente prospectar novas formas de inserção da iniciativa privada no investimento infraestrutural e no desenvolvimento regional.

Dessas teses emerge a conclusão que o foco do projeto público tem de ser alterado: ao invés de tanger apenas a infraestrutura, o projeto tem de combinar investimentos em infraestrutura com investimentos do setor imediatamente produtivo e outros tipos de

investimentos complementares. Para tal, vários atores têm de confluir, numa relação de parceria contratualizada, para o sucesso do conjunto das ações do superprojeto.

Apelidamos esse tipo de projeto de programa territorial. Tal proposta, tentaremos demonstrar, não apenas tange o problema do financiamento, mas também as questões acima expostas sobre as dificuldades do planejamento estratégico governamental.

Considerando isto os objetivos desse projeto de pesquisa são:

1. Análise sintética dos estudos existentes: reconhecimento das perspectivas atuais para o transporte hidroviário na região da bacia do Tocantins e Araguaia;
2. Análise dos impactos sócio-econômicos e ambientais dos investimentos hidroviários;
3. Avaliação de impactos fiscais dos investimentos hidroviários;
4. Construção de cenários que possam assegurar a sustentabilidade fiscal dos investimentos públicos em hidrovias;
5. Espaços para políticas de concessão e parcerias público-privadas para a implantação e/ou exploração do transporte hidroviário na Bacia do Tocantins e Araguaia.

Os resultados esperados por este projeto são as seguintes:

1. Desenvolvimento de modelagens de impactos econômicos, fiscais e de circulação, com base na análise insumo-produto e outros métodos econométricos apropriados;
2. Teste e aperfeiçoamento de modelos existentes de transporte e uso do solo;
3. Desenvolvimento de técnicas de construção de cenários com base em métodos de brainstorming;
4. Desenvolvimento de modelos de negócios relacionados com parcerias público-privadas e concessões para infraestrutura.

5.2. Territorialização da política agrícola do MATOPIBA

A agricultura brasileira está em permanente evolução, garantindo ao País um papel nos mercados globais sobretudo de commodities, mas também adentrando espaços de agregação de valor, como é o da carne. Essa modernização se aprofunda na integração crescente entre a agricultura e a indústria. Entretanto, trata-se de um cenário desigual, onde uma parte do setor está integrado nas cadeias globais, mas desenvolvendo novas formas de dependência e subordinação externa, especialmente no campo tecnológico e do domínio de capital estrangeiro na área de comercialização e indústria de alimentos. Outras partes não estão tão integradas assim, e ainda sofrem de um relativo atraso no que tange qualificação, acesso a financiamento e tecnologia; ainda persiste pobreza no campo. Entretanto, políticas mais recentes de apoio à agricultura familiar vêm resgatando a parte mais fragilizada do setor para uma forma mais integrada e avançada de produção. Persiste, entretanto, um setor de médios produtores, ainda não integrados das cadeias globais (a despeito de também participarem na produção das commodities típicas como os grãos), que requer maior assistência por parte do Governo.

À despeito da amplitude das ações governamentais, de caráter intersetorial, a literatura confirma a falta de sistematicidade e deficiências em vários itens importantes da cadeia produtiva. Em particular, a precariedade da infraestrutura ainda é tida como um importante

gargalo. Mas são ainda insuficientes a prestação de novos tipos de serviços como a certificação e medidas de garantias de sanidade e qualidade.

A abordagem territorial é reconhecida como necessária para consolidar os sistemas produtivos regionais e aprofundar sua modernização, e ela está sendo aplicada sobretudo no campo da agricultura familiar, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através de suas estratégias de consolidação de Territórios Rurais e de Cidadania. Embora de caráter intersetorial, essa estratégia colide, no que tange os recortes espaciais, com os recortes das políticas públicas de outras pastas.

A territorialização, embora desejada, apresenta diversas dificuldades e conflitos em sua implantação, começando com o desafio de criar, a partir de um esforço técnico de recorte espacial, territórios com os quais atores sociais se identifiquem e que os levem à mobilização. Entretanto, essa necessária mobilização participativa pode entrar em choque com políticas públicas e suas respectivas territorializações específicas, desenhadas em um governo politicamente descentralizado de coalizão, e com os interesses de representantes parlamentares que vêm seu papel de representação esvaziado.

O presente projeto resgata os procedimentos técnicos recomendados na literatura para a implantação de estratégias territorializadas, assim como na experiência Ministério de Desenvolvimento Agrário (territórios rurais e de cidadania; planos de desenvolvimento territorial rural, colegiados territoriais; promovidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial).

De outro, insere a compreensão política do processo, onde diversos atores, inicialmente reconhecidos e progressivamente integrados, vão construindo, em estreita cooperação com a equipe técnica o programa territorial, lançando mão a ferramentas de planejamento técnico consagradas (por exemplo, o marco lógico). Trata-se um processo de muitas idas e vindas, eis que na medida em que novos atores são mobilizados, os problemas, objetivos e metas precisam ser constantemente reavaliados. A partir de um certo momento, entretanto, chegar-se-ia a um consenso operacional que permitiria passar para a próxima etapa, que é a institucionalização do processo.

Um aspecto essencial do projeto haverá de ser dedicado à construção de um modelo institucional para a gestão de territórios de consolidação agroindustrial (TCA's). Esse modelo deve permitir de um lado a construção de sistemas produtivos integrados territorializados; de outro, na medida em que essa construção tem de se dar a partir dos atores territoriais e que há de se construir uma identidade territorial e do programa, há de garantir efetiva participação não apenas na concepção do programa, mas também na sua execução.

Nessa concepção e execução, a gestão descentralizada em nível do TCA é uma condição importante para o sucesso, como demonstra a experiência de diversas políticas agrícolas territorializadas. Tal gestão centralizada inclui também o exercício de diversas funções públicas e até a definição e a implantação de serviços públicos. Esse aspecto implica que simples associações, cooperativas e outras entidades do “terceiro setor” não teriam lastro legal para assumi-las. Portanto, a descentralização da gestão do TCA enquanto programa de política pública territorializada requereria uma instituição com possibilidade de ter poder de polícia e de prestação de serviços públicos outorgados pelo governo, mantendo sua autonomia organizacional, política e financeira. Decorre daí que a autarquia é o instituto que reúne essas condições (assumindo a fundação pública um segundo lugar).

Uma análise da experiência estrangeira da gestão territorializada e descentralizada valida essa conclusão. O modelo de câmara de agricultura, presente na França e na Alemanha, países com uma agricultura competitiva na exportação de bens de alto valor agregado, revela-se como apropriada para os objetivos aqui propostos. Uma análise sumária desse modelo permite sua caracterização como autarquia funcional (eis que centrada nas políticas agrícolas) e territorial. Nos países estudados, além de apoiar o desenvolvimento agrícola, as câmaras de agricultura assumem um papel importante na gestão ambiental, no planejamento territorial, da regulação da atividade agrícola (por exemplo, na certificação), na capacitação e até na regulamentação profissional.

Considerando isto os objetivos desde projeto de pesquisa são:

- a) Levantamento e análise de experiências nacionais e internacionais de políticas de territorialização do desenvolvimento agroindustrial;
- b) Diagnóstico da situação dos sistemas agroindustriais nas microrregiões do MATOPIBA e busca de uma estratégia de recorte territorial para fins de territorialização dos apoios governamentais ao desenvolvimento agroindustrial regional;
- c) Construção política de territórios de consolidação agroindustrial, a partir do reconhecimento de atores relevantes, de sua mobilização e da realização de diagnósticos dos diferentes problemas e dos projetos de desenvolvimento;
- d) Análise e construção de modelos de institucionalização dos territórios de consolidação agroindustrial como autarquias territoriais e desenho de suas funções e processo de organização.
- e) Realização de uma experiência piloto na Região central do Tocantins (TCA Palmas/Porto Nacional) com vistas à validação e à divulgação do modelo;
- f) Consolidação do modelo de TCA como instrumento de desenvolvimento territorial e de gestão de políticas públicas em prol da agroindústria e sua difusão para outras microrregiões do MATOPIBA.

Os resultados esperados por este projeto são as seguintes:

- a) Proporcionar ganhos de eficiência das políticas de apoio ao setor agroindustrial;
- b) Mobilizar os agentes produtivos com vistas a buscar melhor eficiência; introduzir inovações e modernizar a gestão; e ampliar os espaços de comercialização da produção regional, sobretudo nos mercados nacionais e internacionais;
- c) Contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento socioeconômico geral da região de MATOPIBA, com lastro nos valores de responsabilidade social e ambiental.

6. PROJETOS DE EXTENSÃO INTEGRADOS ÀS AÇÕES DE PESQUISA DO INSTITUTO

Inicialmente o IDT terá em suas atividades de extensão e desenvolvimento os seguintes planos de trabalho ou projetos de extensão, estando três em fase inicial e um em fase final. A seguir, apresenta-se o detalhamento de cada um.

6.1. Implantação do Selo de Indicação Geográfica nos Artesanatos em Capim Dourado da Região do Jalapão, Estado do Tocantins.

A Indicação Geográfica (IG) é um nome geográfico que distingue um produto ou serviço de seus semelhantes ou afins, em virtude deste apresentar características diferenciadas que

podem ser atribuídas à sua origem geográfica, não só às condições naturais, mas também ao fator humano e suas relações sociais (PIMENTEL, 2012).

Em 2011 os artesanatos em Capim Dourado da Região do Jalapão, Estado do Tocantins recebeu o selo de indicação geográfica do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Em que pese os benefícios da Indicação Geográfica e a necessidade de um selo de distinção, o registro de Indicação de Procedência (IP), até os dias de hoje, não foi implantado.

Analisando a referida realidade, verificamos a necessidade de determinar os fatores impeditivos à implantação do registro, bem como trabalha-los visando a implementação do selo de Indicação de Procedência dos Artesanatos em Capim Dourado da Região do Jalapão, Estado do Tocantins.

Este projeto tem como objetivo principal avaliar os fatores feterminantes à implantação do Registro de Indicação Geográfica em Artesanatos de Capim Dourado na Região do Jalapão, Estado do Tocantins.

O público alvo atingido por este projeto pode é:

1. Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado do Mumbuca, Mateiros/T;
2. Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros;
3. Associação dos Artesãos e Extrativistas do Capim Dourado do Jalapão, Novo Acordo/TO;
4. Associação Novo Horizonte, Novo Acordo/TO;
5. Associação de Artesãos de Santa Tereza do Tocantins;
6. Associação de Artesãos de Capim Dourado Pontealtense, Ponte Alta do Tocantins/TO;
7. Associação Comunitária dos Extrativistas, Artesãos e Pequenos Produtores do Povoado do Prata, São Félix do Tocantins/TO;
8. Associação Comunitária de Desenvolvimento de Lagoa do Tocantins;
9. Associação Comunitária de Desenvolvimento de Lizarda, Lizarda/TO.

6.2. Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade da Agricultura Familiar no Estado do Tocantins: Os Casos dos Territórios do Bico do Papagaio e da APA do Cantão

A abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas. Essa abordagem considera a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, como objetivos primordiais a serem atingidos (SDT / MDA, 2013).

Nesse sentido o território – constituído por um conjunto de municípios com características similares – constitui-se como espaço socialmente organizado onde se mobilizam os atores regionais em prol do seu projeto de desenvolvimento. Considera-se o território como unidade de planejamento adequada para: (1) a gestão social e descentralizada das políticas públicas de desenvolvimento rural; (2) a execução de forma integrada dessas políticas; (3) a articulação entre as agências e órgãos de diferentes instâncias do poder público nos níveis federal, estadual e municipal, em um ambiente horizontal, fortalecendo o pacto federativo; (4) a articulação de diferentes atores sociais, fortalecendo uma cultura de participação social e elevando o patamar de discussão do estrito interesse local, para esfera de maior complexidade territorial; e (5) para a integração de órgãos públicos (SDT / MDA, 2013).

O objetivo deste projeto é implementar e manter Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial no Bico do Papagaio e APA do Cantão por meio de ações de extensão e pesquisa no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Estas ações visam construir e fortalecer das iniciativas de desenvolvimento territorial para promover a sustentabilidade da pequena produção rural / urbana e extrativa destes territórios, através da ampliação de sua capacidade institucional e gestão social.

O público alvo deste projeto de extensão são os agricultores familiares, as comunidades tradicionais e os assentados da Reforma Agraria.

6.3. Implementação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial nos Territórios do Sul, de Sudeste do Tocantins e Nordeste de Tocantins.

O enfrentamento da desigualdade e da pobreza tem sido objeto tanto das políticas públicas quanto dos modelos de desenvolvimento que lhes dão suporte. Nessa perspectiva, tem-se considerado, em larga escala, o território como base fundamental para êxito da política por meio do aprimoramento da gestão e da oferta de serviços públicos. Entretanto, a ideia de desenvolvimento rural com enfoque territorial não é exatamente uma novidade é fruto de um debate em torno do tema desenvolvimento sustentável, iniciado nos anos setenta do século passado. Ganhou nova roupagem nos anos 90, fazendo parte das expressões dos processos recentes relacionados ou contrapostos à globalização na sociedade contemporânea. Tem-se ampliado permeado o discurso de diferentes áreas de conhecimento, dos formuladores e executores de políticas públicas que buscam conciliar a proposta de desenvolvimento rural sustentável com a redução da pobreza e desigualdades sociais (COREZOLA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2010).

Nesse contexto, foram criados novos territórios rurais, mudadas as regras do Programa Territórios da Cidadania - PTC e de sua matriz de ação, está em discussão a construção de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (SNDRSS) e do papel dos colegiados territoriais neste sistema. Segundo Saquet (2007), é possível observar tendências e perspectivas de abordagens do território a partir de nuances de produção; político; cultural; ambiental e de desenvolvimento local. Todavia, o autor destaca que o território remete a um conceito complexo. Torna-se necessário pensar o território e, sua abordagem, considerando as articulações, interações e a história existente.

Nesta perspectiva, o autor aponta a territorialidade como relacionada ao agir social. É um aspecto social que “envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço [...] O agir social é local, territorial e significa territorialidade” (SAQUET, 2007). Assim, os planos e políticas de desenvolvimento devem ser consideradas a geografia das territorialidades, seja ela urbana ou rural, que envolvem redes de sujeitos – coletivos e individuais – que são um instrumento conceitual e operativo para governa a territorialidade. Governar significa interação com os indivíduos, significa uma territorialidade ativa em rede, e, como interatividade das relações, envolve conflitos e mudanças sociais.

Considerando isto os objetivos desde projeto de extensão são Implementar e manter Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial no território do Sudeste do Tocantins, no território do Sul de Tocantins e Nordeste de Tocantins por meio de ações de extensão e pesquisa no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Estas ações visam construir e fortalecer das

iniciativas de desenvolvimento territorial para promover a sustentabilidade da pequena produção rural / urbana e extrativa destes territórios, através da ampliação de sua capacidade institucional e gestão social.

O público alvo deste projeto de extensão são os agricultores familiares, as comunidades tradicionais, os assentados da Reforma Agraria e Indígenas.

6.4. Seminário Internacional sobre os Potenciais da Produção de Matérias Primas Renovável para a Agricultura Regional

O estado do Tocantins e a região do MATOPIBA têm no agronegócio o seu maior potencial de crescimento econômico, e mister se faz que o agronegócio, em processo de consolidação, busque espaços de agregação de valor. Entretanto uma mudança na base produtiva industrial mundial está acontecendo, de os derivados do petróleo para as matérias primas renováveis. A inserção da produção agroindustrial regional nas cadeias de valor vinculadas às matérias-primas renováveis é considerada por agentes nacionais e internacionais como uma grande oportunidade nesse sentido.

Entretanto, mister se faz que os agentes administrativos e econômicos se conscientizem desse potencial e o incluam na elaboração das estratégias do desenvolvimento regional e de investimento produtivo.

Para tal, a congregação e a cooperação da produção regional com os agentes da indústria, sobretudo química, que serão seus clientes imediatos, assim como entre os agentes governamentais regionais e internacionais contribuirá em muito para o desenho dessa estratégia.

Os objetivos desde projeto de extensão são:

1. Difundir os avanços e os potenciais do desenvolvimento e do cultivo de matérias primas renováveis para a economia regional do Tocantins e do MATOPIBA;
2. Congregar pesquisadores, agricultores, industriais e quadros governamentais com vistas à estruturação de uma política agrícola e industrial respectiva.

7. PROJETO DE INTERAÇÃO ENTRE CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO

Dada a interdisciplinaridade das temáticas focalizadas pelo Instituto, seguintes cursos de graduação e pós-graduação deverão ser contemplados com ações de iterações:

- a) Cursos de graduação:
 - Economia
 - História
 - Engenharia Agrônômica
 - Agroecologia
 - Engenharia Civil
 - Administração (EaD)
- b) Especialização:

- MBA Agronegócio;
- Gestão Pública
- Gestão Pública Municipal;
- Economia Solidária;
- c) Mestrado
- Gestão de Políticas Públicas.

Tal interação terão por objetivo de estreitar as atividades de pesquisa e extensão com os programas relatados, por meio de:

- a) Oferecimento de temas para trabalhos de final de curso, monografias de curso de especialização e dissertações de mestrado;
- b) Orientação/co-orientação de trabalhos de final de curso, monografias de curso de especialização e dissertações de mestrado;
- c) Realização de palestras de membros do instituto ou convidados, junto aos programas, isoladamente em um conjunto;
- d) Desenvolvimento de sistemas de informação, ferramentas computacionais e aplicativos de interesse comum do instituto e dos programas;
- e) Incentivo a publicações conjuntas entre o instituto e os programas contemplados.
- f) Oferecimento de estágios para alunos dos programas contemplados.

8. PROJETO DE FORTALECIMENTO E EXPANSÃO COM QUALIDADE DO ENSINO DE GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO

O Instituto de Desenvolvimento Territorial deverá atuar como um veículo de fortalecimento dos programas junto à comunidade envolvida em suas atividades. Assim sendo, os programas serão apresentados e promovidos junto a organismos da sociedade, do governo e do mundo empresarial, com vistas a:

- a) Indicação de novos alunos aos cursos ofertados;
- b) Busca de recursos para bolsas e financiamento de projetos de investigação nos programas de ensino;
- c) Busca de estágios dos alunos dos programas junto aos organismos externos;
- d) Realização de eventos conjuntos do instituto, dos programas e dos organismos externos (sociedade, empresariais, governamentais);
- e) Indicação de novos temas de pesquisa e trabalhos de conclusão, sugeridos pelos organismos.

9. PROJETO DE UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS INCLUINDO AS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Instituto de Desenvolvimento Territorial realizará as seguintes iniciativas nesse campo:

- a) Desenvolvimento de sistemas de informação geográfica com relação ao desenvolvimento territorial, às atividades econômicas, às políticas públicas, à sociedade ao meio-ambiente, assim como ao mercado de matérias-primas e energia renováveis;
- b) Levantamentos, exploração, aplicação e treinamento de softwares relacionados, inclusive desenvolvimento de rotinas;

- c) Desenvolvimento de softwares e aplicativos relacionados com as linhas de pesquisa do instituto;
- d) Desenvolvimento de portais de divulgação de atividades e resultados de pesquisa do instituto

10. INTEGRANTES DO INSTITUTO

Participarão das atividades do Instituto professores dos cursos de graduação em Ciências Econômicas e Engenharia Civil do Campus de Palmas, História de Porto Nacional, Gurupi, Arraias e Araguaína da UFT, Geografia do Campus de Araguaína, Ciências Agrárias do Campus de Gurupi, a saber:

I. INTEGRANTES INTERNOS				
	NOME	INSTITUIÇÃO	CURSO/SETOR	EXPERIÊNCIA
1	Waldecy Rodrigues	Universidade Federal do Tocantins-UFT/Campus Palmas	Ciências Econômicas / Professor Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e em Biodiversidade e Biotecnologia- Rede Bionorte.	<p>Economista. Doutor em Ciências Sociais. Professor adjunto do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia (Bionorte) da Universidade Federal do Tocantins.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisador líder do Núcleo de Desenvolvimento Regional – NUDER/UFT. - Desenvolve pesquisas na área de Desenvolvimento Regional. - Coordenou da Pesquisa sobre a Cadeia Produtiva do Babaçu no Brasil: Aspectos Econômicos, Sociais e Ambientais. Situação: Em andamento. - Coordenou da Pesquisa de Avaliação da Efetividade do Programa Desenvolvimento Sustentável de Território Rural do Bico do Papagaio TO; - Coordenou a pesquisa para desenvolvimento de Modelos de Desenvolvimento nos Cerrados Brasileiros: Uma Interpretação Analítica a Partir de Guerreiro Ramos. - Coordenou a pesquisa sobre a Competitividade da Cadeia Produtiva de Plantas Medicinais no Brasil. - Recebeu o título de Honra ao Mérito Pelas Contribuições Para o Desenvolvimento Regional (60 Anos da Profissão do Economista), Conselho Federal de Economia – COFECON, em 2011. - Foi premiado como Orientador de Iniciação Científica, Universidade Federal do Tocantins, em 2005. - Recebeu o prêmio, em 2002, de Bolsista de Produtividade em Pesquisa - 2C, CNPq - É Membro do Conselho Consultivo dos Arranjos Produtivos Locais do Estado do Tocantins. - Atualmente coordena o projeto de Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade da Agricultura Familiar no Estado do Tocantins: Os Casos

				dos Territórios do Bico do Papagaio e da APA do Cantão (CNPq/2014).
2	Mônica Aparecida da Rocha Silva	Universidade Federal do Tocantins-UFT/Campus Palmas	Ciências Econômicas/ Professora Professor Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional	Doutora em Ciências Sociais pela UnB (2007). Realizou estágio doutoral na Universidad Nacional Autónoma do México - UNAM (2006). Possui Mestrado em Integração da América Latina pela USP (1999) e Graduação em Ciências Sociais pela UFG (1996). Professora Adjunto II da Universidade Federal do Tocantins, lotada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e no curso de graduação em Ciências Econômicas. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT, no período de 2013 a 2015. Pesquisadora na área de Políticas Públicas, com ênfase em questões relacionadas à Políticas de Educação e ao Federalismo, bem como: poder político, patrimonialismo e políticas sociais; instituições, políticas públicas e desenvolvimento; capital social; análise de políticas e programas governamentais na área social.
3	Airton Cardoso Cançado	Universidade Federal do Tocantins-UFT/Campus Palmas	Administração / Professor Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional	Pós-doutorando em Administração pela EBAPE/FGV (2013), Doutor em Administração pela UFLA (2011), Mestre em Administração pela UFBA Pós-doutorado em Administração pela EBAPE/FGV (2013), Doutor em Administração pela UFLA (2011), Mestre em Administração pela UFBA (2004) e graduado em Administração com Habilitação em Adm. de Cooperativas pela UFV (2003). Atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Curso de Administração da UFT. Participa da Rede de Pesquisadores em Gestão Social - RGS, da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Rede de ITCPs e do Observatório Brasileiro do Cooperativismo. Bolsista de Programa Institucional Produtividade em Pesquisa da UFT. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Cooperativas, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão social, cooperativismo e economia solidária.
4	Gisele Paiva	Universidade	Ciências	Possui graduação em ciências econômicas pela Universidade Federal de

		Federal do Tocantins-UFT/Campus Palmas	Econômicas	Viçosa (2006) e mestrado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008). Doutoranda em Economia pela Universidade de Brasília (2015). Atualmente é professor assistente da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Agrícola; Regional; Meio Ambiente e Desenvolvimento
5	Juliana Aguiar de Melo	Universidade Federal do Tocantins-UFT/Campus Palmas	Ciências Econômicas	Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT) e Graduada em Ciências Econômicas (UFV - MG). Professora efetiva do Colegiado de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins, bolsista de extensão B do CNPq e Coordenadora de Projetos Especiais na Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (PDRIS/BIRD). Presta consultoria técnica a Empresa Biosfera Consultoria Ambiental para realização de Diagnóstico e Sistematização de experiências com SAFs, SIS e PFNM no âmbito do PROMATA em Minas Gerais e para a K3 Consultoria e Representações para realização de Mapeamento e Identificação do conhecimento sobre a Cadeia de Cosméticos de Base Amazônica na Região Norte. Foi Analista Técnica da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins - FAPTO na Pesquisa Nacional Custo Aluno, cujo objeto era a realização de cálculos, estimativas e análise econômica. Foi professora no Centro Universitário Luterano de Palmas, Professora Substituta do IFTO - Campus Palmas/ Recursos Naturais e Gestão. Foi Agente de Desenvolvimento Econômico, projeto do Departamento de Cooperativismo e Negócios da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT/MDA e Coordenadora do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata/MG . Atua também em consultorias e possui experiência em Avaliação Econômica de Projetos, estudos de cadeias produtivas, Economia Rural, Economia Regional, Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar.
8	Higino Julia Piti	Universidade Federal do Tocantins-	Ciências Econômicas	Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (1982) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará(1985). Atualmente é diretor técnico do SEBRAE/TO.

		UFT/Campus Palmas		
9	Alex da Silva Pizzio	Universidade Federal do Tocantins- UFT/ Campus Porto Nacional	História/ Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Gestão de Políticas Públicas	<p>Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenador do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas GESPOL/UFT. - É docente no PPG em Desenvolvimento Regional/UFT tendo orientado diversas dissertações na área de desenvolvimento regional. - Integrou a equipe que constituiu a Incubadora de Políticas Públicas na Amazônia/núcleo Tocantins ação do Fundo Amazônia de Desenvolvimento, financiador: Banco Nacional de Desenvolvimento Social/BNDES. - Integrou a equipe que desenvolveu as atividades referente ao Edital conjunto para apoiar a constituição e execução do Projeto Células de Acompanhamento e Avaliação (SDT / MDA, 2013) na região do Bico do Papagaio –TO. - É membro do Núcleo de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado do Tocantins – NAPL/TO. - É pesquisador (vice líder) do Núcleo de Desenvolvimento Regional – NUDER/UFT. - Desenvolve pesquisas na área de desenvolvimento rural, a citar: projeto de pesquisa sobre cadeias produtivas apoiado pelo CNPq – Conselho Nacional De Desenvolvimento Científico, Edital MCT/CNPq 14/2011 – UNIVERSAL. - Desenvolve projeto de pesquisa intitulado “Resiliência e Desenvolvimento em Comunidades Tradicionais na Amazônia com apoio CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico, Edital: MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013. - Atualmente coordena o projeto de Implementação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial nos Territórios do Sul, de Sudeste do Tocantins e Nordeste de Tocantins - Conselho Nacional de

				Desenvolvimento Científico, CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014. - e, o Laboratório de políticas culturais e ambientais no Brasil: gestão e inovação - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
10	Keile Aparecida Beraldo	Universidade Federal do Tocantins- UFT/ Campus Gurupi	Ciências Agrárias	Graduada em Economia. Mestre em Ciências do Ambiente e doutoranda em Desenvolvimento Rural, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. - Professora de Economia e Administração Rural do Curso de Agronomia do Campus de Gurupi da UFT. - Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Agroecologia da UFT. - Consultora de Projetos de Desenvolvimento Territorial.
11	Airton Sieben	Universidade Federal do Tocantins- UFT/ Campus Araguaína	Geografia	Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), desde o ano de 2004. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult). Doutor em Geografia, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 2012). Especialista e mestre em Geomática, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - 2003 e 2004, respectivamente). Graduado em Geografia (Licenciatura Plena e Bacharelado, 2000 e 2004, respectivamente), pela UFSM. Tem experiência na área de Geografia com ênfase em Território, População e Cartografia
12	Plabio Marcos Martins Desiderio		Tecnologia em Logística / Professor do Programa de Pós Graduação em Cultura e Território do Campus de Araguaína.	Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (2013). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2004). Professor da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia da comunicação, mídia, televisão, telenovela, gênero, cultura popular, cultura urbana, mídias sociais.
13	Vasni de Almeida	Universidade	História	Possui graduação em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá,

		Federal do Tocantins- UFT/ Campus Araguaína		mestrado e doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp/Franca e Unesp/Assis, respectivamente. Atuou como professor do Ensino Fundamental e Médio no ensino público e privado na região de Ribeirão Preto, SP, na década de 1990. Atuou como docente em faculdades privadas do interior paulista, ministrando as disciplinas História, Sociologia e Filosofia da Educação, História da Educação e Fundamentos Teóricos e Metodológicos das Ciências Sociais. Desde 2005 é professor do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins. Atualmente está lotado no Curso de História do Campus de Porto Nacional. É membro da Associação Brasileira de História das Religiões. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Protestantismo, História da Educação e Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, educação, metodismo, educação protestante e sociedade e práticas de ensino de História. De 2007 a 2014 foi membro do Conselho Editorial da Revista Escritas, do Colegiado de História da UFT, Campus de Araguaína. Em 2013 e 2014, coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da UFT (Prof. História).
14	Noeci Carvalho Messias	Universidade Federal do Tocantins- UFT/ Campus Araias	História	É doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2010). Possui mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural (Área de concentração em Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2004). Especialização em Cultura Afro-Brasileira. Graduação em História (Licenciatura) e em Serviço Social (Bacharelado). Tem experiência na área de Antropologia e pesquisa de campo atuando principalmente nos seguintes temas: Educação patrimonial e ambiental, patrimônio cultural, gestão de cidades, Movimentos Sociais, religiosidade e festas populares. Atuou e desenvolveu pesquisa com os povos indígenas das etnias Krahô, Karajá e Javaé, no Estado do Tocantins. Atuou como pesquisadora no Projeto para Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN, no município de Natividade, TO. É professora adjunto I, no curso de Educação do Campo, na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

15	Lilian Fontes dos Santos	Universidade Federal do Tocantins- UFT/ Campus Palmas	Engenharia Civil	Professora Assistente do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Engenharia de Transportes na área de logística urbana pela UFMG. Engenheira civil pela UFMG em dezembro 2010, tendo cursado um semestre na Ecole des Ponts et Chaussées, França. Técnica em edificações formada no CEFET-MG em 2005. Fluência em inglês e francês e trabalhos de engenharia realizados no exterior (em Benim, África). Atuou como coordenadora de projetos na área de Planejamento Urbano e de Transportes, desenvolvimento de pesquisas em modelos baseados em atividades e integração de uso do solo e transportes.
16	Raydel Lorenzo Reinaldo	Universidade Federal do Tocantins- UFT/ Campus Palmas	Engenharia Civil	Doutorando em Geotecnia na Universidade de Brasília e mestrado em Mecânica de Solos e Engenharia Geotécnica pela Universidade Politécnica de Madri (2010) (Espanha) recebendo o prêmio CEDEX (Centro de Desarrollo e Experimentación do Ministério de Fomento de Espanha) à melhor dissertação apresentada. Possui graduação em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Politécnico Jose Antonio Echeverria (2006) (Cuba). Tem experiência na área Geotécnica com ênfase em Fundações, Estruturas de Contenção e na área de Diagnóstico e Avaliação de Estruturas, atuando como especialista de projetos em várias obras. Atualmente é professor da Universidade Federal do Tocantins, Coordenador do grupo de pesquisa ModelE (Modelagem Física e Computacional em Engenharia Civil) inscrito no CNPq e Coordenador do Laboratório de Tecnologia das Construções do Curso de Engenharia Civil/UFT.

Integrarão o Instituto de Desenvolvimento Territorial os Técnicos Administrativos vinculados ao Campus de Palmas da Universidade Federal do Tocantins, sendo:

II. TECNICOS ADMINISTRATIVOS				
NOME		INSTITUIÇÃO	CURSO/SETOR	EXPERIÊNCIA
1	Michelle Araújo Luz Cilli	Universidade Federal do Tocantins-UFT/Campus Palmas	Editora	Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins UFT, MBA em Gestão Empresarial (2009) e graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (2007) pela mesma instituição. Desenvolve atividades de pesquisa sobre os seguintes temas: Políticas Públicas e Desenvolvimento; Institucionalismo; Patrimonialismo; História e memória do Tocantins.
2	Renan de Paula Neves	Universidade Federal do Tocantins-UFT/Campus Palmas	Programa de Pós Graduação Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	Possui graduação em Ciências Econômicas, técnico administrativo da Universidade Federal do Tocantins e participante do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica 2014-2015. Atualmente está pesquisando os efeitos da qualificação profissional no mercado de trabalho de Palmas-TO.

Além do mais, o Instituto terá a contribuição de outros professores, estão ligados a outras instituições como IFTO, UNB e EMBRAPA ou atuam de forma autônoma, em sendo:

III. INTEGRANTES EXTERNOS				
NOME		INSTITUIÇÃO	CURSO/SETOR	EXPERIÊNCIA
1	Luiz Norberto Lacerda Magalhães Filho	Instituto Federal do Tocantins –IFTO/ Campus Dianópolis	Professor Engenharia Ambiental	Graduado em Engenharia Ambiental. Mestre em Engenharia Ambiental. - Professor do IFTO do Campus de Dianópolis região Sudeste do Tocantins. - Consultor de Projetos em Desenvolvimento Territorial e uso de água.
2	Gislâne Ferreira Barbosa	Instituto Federal do Tocantins –IFTO/ Campus Porto Nacional	Professora de Logística.	Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Tocantins (2006), com Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: método custo-reposição, commodities, custos ambientais e meio ambiente.
3	Autenir Carvalho de Rezende	Instituto Federal do Tocantins –IFTO/ Campus Porto Nacional	Professor de Logística.	Doutorando em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás (2007) e mestrado em Desenvolvimento Regional e pela Universidade Federal do Tocantins (2011). Atualmente é professor efetivo no Instituto Federal do Tocantins. Tem experiência em economia, com ênfase em teoria econômica, economia brasileira e economia regional e urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, análise e planejamento econômico e regional, desigualdades regionais, teorias da localização, economias e deseconomias de aglomeração e empreendedorismo urbano. São também temas de interesse: Estado, grupos econômicos e comunicação.
4	Joaquim Aragão	UNB	Engenharia Civil	Possui graduação em Engenharia de Transportes pela Pontifícia

				<p>Universidade Católica do Rio de Janeiro (1977), mestrado em Engenharia de Transportes pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1980) e doutorado em Engenharia de Transportes pela Universidade de Dortmund (1987). Fez pesquisa de pós-doutorado na University College London (1993-1995), na Ecole Nationale de Ponts et Chaussées em Paris (2002-2003) e na Technische Universität Berlin (2010-2011). Pesquisador 1D do CNPq. Atualmente é professor adjunto da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Engenharia de Transportes, com ênfase em Políticas e Economia de Transportes, atuando principalmente nos seguintes temas: economia dos transportes, gerencia de transporte, regulamentacao de transporte, financiamento dos transportes e regulamentacao dos transportes.</p>
5	Yaeko Yamashita	UnB	Engenharia Civil	<p>Possui doutorado em Engenharia de Transportes - University of Wales - College of Cardiff (1993); pós doutorado em Nagoya Institute of Technology no Japão em 1999; mestrado em Engenharia Civil - Tottori University (1984) e graduação em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Londrina (1980). Pesquisadora 1A do CNPq. Atualmente é professora da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Engenharia de Transportes, com ênfase nos seguintes temas: planejamento dos transportes, sistema de informação geográfica, transporte público, transporte rodoviário de passageiros.</p>
6	Jandir Ferrera de Lima	Unioeste		<p>Jandir Ferrera de Lima, natural de Palmeira das Missões (RS), é doutor em Desenvolvimento Regional (Ph.D.) pela Universidade do Québec(UQAC)/Canadá. Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)/RS. Professor dos Programas de Pós-graduação em Economia e Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional da</p>

				UNIOESTE, pesquisador associado do Centro de Pesquisas sobre o Desenvolvimento Territorial (CRDT) da Universidade do Québec (Canadá). Foi pesquisador visitante na Venezuela, no Quebec e na Romênia. Em 2004 ganhou o prêmio de excelência do departamento de Ciências Humanas da Universidade do Québec (Canadá) e foi ganhador do Premio BRDE de Desenvolvimento em várias edições. Foi Pro reitor de Planejamento da UNIOESTE (2012-2014). Atua na área de desenvolvimento regional e humano, com ênfase em economia dos territórios e desigualdades socioeconômicas. Autor de textos e livros científicos publicados no Brasil e no exterior.
7	Manuel Xavier Pedroza Filho	Embrapa/Palmas	Pesquisador e Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional	Doutor em Economia pelo SupAgro Montpellier / França (2010). Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2006); e Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2001). Pesquisador em economia e gestão da inovação da Embrapa Pesca e Aquicultura. Professor associado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Tocantins. Experiência em pesquisa e desenvolvimento nas áreas de economia agrícola, cadeias globais de valor, organização de produtores, comércio internacional e desenvolvimento rural. Importante conhecimento em análise de governança de cadeias globais de produtos agrícolas e estratégias de inclusão produtiva para pequenos produtores.

Com o objetivo de cooperar com a formação de alunos de graduação e de pós-graduação, o Instituto também será integrado por discentes cursos de graduação em Ciências Econômicas (Campus Palmas), Direito (Campus de Palmas), dos mestrados em Desenvolvimento Regional e Gestão Pública, e do Doutorado em Rede Biodiversidade e Biotecnologia (UFAM/UFT). O Instituto ainda tem como finalidade a integração de bolsistas de Iniciação Científica, bem como egressos dos referidos cursos de pós graduação. Já absorvendo os seguintes integrantes:

IV. DISCENTES E DEMAIS INTEGRANTES CONVIDADOS

	NOME	INSTITUIÇÃO	CURSO/SETOR	EXPERIÊNCIA
	Luécia Pereira Silva	Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia, pela Rede Bionorte e membro do NUDER/UFT.	Doutorado Bionorte/UFT e Pesquisadora do Núcleo de Desenvolvimento Regional – NUDER/UFT.	Engenheira Agrônoma. Especialista em Agronegócios, pela Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócios. Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia, pela Rede Bionorte. - Pesquisadora membro do Núcleo de Desenvolvimento Regional – NUDER/UFT. - Desenvolve pesquisa na área de Desenvolvimento Regional. - É extensionista em Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários pela Universidade Federal de Santa Catarina. - Consultora na área de desenvolvimento de projetos, junto ao Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional. - Atualmente é coordenadora do Centro de Formação de Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária – CFES/Amazônia II, composto pelos estados do Tocantins, Pará e Amapá, Edital Chamada Pública SENAES/TEM nº 01/2012;
	Sonia Cristina Dantas Brito	NUDER/UFT.	Pesquisadora do Núcleo de Desenvolvimento Regional – NUDER/UFT.	Graduada em Engenharia Ambiental, com MBA em Agronegócios pela Fundação Universidade Federal do Tocantins(2011). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio(2010). - Membro Pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional – NUDER/UFT. - Coordenadora de Ensino a Distância no curso de Formação de Formadores em Economia Solidária, do projeto Centro de Formação de Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária – CFES/Amazônia II, composto pelos estados do Tocantins, Pará e Amapá, Edital Chamada Pública SENAES/TEM nº 01/2012. BRITO, S. C. D. ; MOREIRA, K. S. ; DANAGA, D. D. ; CAROLINO, E. F. ; ARAUJO, N. R. . Avaliação do Programa de Educação Ambiental no

				Setor Santa Bárbara em Palmas - TO. In: I Encontro dos Estudantes de Engenharia Ambiental - ENEEAmb, 2003, Goiânia. I Encontro dos Estudantes de Engenharia Ambiental - ENEEAmb, 2003.
3	Lucélia Neves Santos	NUDER/UFT.	Pesquisadora do Núcleo de Desenvolvimento Regional – NUDER/UFT.	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Federal do Tocantins - UFT; Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional; graduada em Comunicação Social. Assessora Territorial de Inclusão Produtiva - Programa Territórios da Cidadania SDT-MDA/Nedet-UFT na região do Bico do Papagaio/TO. Possui experiência na área de pesquisa aplicada às comunidades agroextrativistas da Amazônia legal, com ênfase nas comunidades extrativistas de babaçu, bem como na sua cadeia produtiva.
4	Jeany Castro dos Santos	NUDER/UFT	Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UFT	Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Especialização em Elaboração e Gerenciamento de Projetos Públicos pela FAESP e Especialização em Formação de Professores para o Ensino Superior pela ULBRA. Bacharel em Sistemas de Informação pelo CEULP/ULBRA e Licenciada em Matemática pela UNITINS. Atua principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento territorial, Desenvolvimento Regional, Federalismo, Gestão Social e Ciência e Tecnologia.
5	Nayara Silva dos Santos	NUDER/UFT.	Pesquisadora do Núcleo de Desenvolvimento Regional – NUDER/UFT	Mestre em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Tocantins, Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Maranhão, graduada em Administração pela Faculdade Atenas Maranhense. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Organizações Públicas. Atualmente está pesquisando desenvolvimento dos municípios Brasileiros e gestão social no Tocantins.
6	Andréia Abreu	NUDER/UFT	Pesquisadora do Núcleo de Desenvolvimento	Possui graduação em Administração pela Universidade Paulista (2008). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração. 03/2005 SEBRAE TOCANTINS Palmas Tocantins Assistência à Área de

			Regional NUDER/UFT	– Estudos e Pesquisas. SECRETARIA ESTADUAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCI; FUNDAÇÃO PRÓ-CERRADO Funções: Coordenadora Administrativa e Financeira Execução de Projetos Sociais, Pro-Jovem aprendiz e Pro-jovem Cidadão. EADCON PALMAS Funções/: Supervisora Administrativa IV 01/2013 Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão SEPLAG Função:
--	--	--	-----------------------	--

11. PARCERIAS E FONTES DE FOMENTO

Atualmente, o grupo de professores/pesquisadores envolvidos com o IDT participa de diversos projetos, tendo instituições como a FAPTO, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério de do Trabalho e Emprego - MTE entre outras, como exemplos de instituições parceiras. Assim, a sustentabilidade financeira do IDT ocorrerá com o apoio dos projetos a serem desenvolvidos, sendo que a cada projeto o IDT irá prever no seu orçamento um percentual, financeiro e/ou material a ser definido, para a administração do próprio Instituto. Além destes, o Instituto terá como parceiros o Núcleo de Arranjos Produtivos Locais do Estado do Tocantins, Unità Soluções Sustentáveis, Tobasa Bioindustrial De Babaçu S.A, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, unidade Tocantins de pesquisa em aquicultura e Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa, unidade Tocantins.

Ademais, a participação interdisciplinar permite, além da troca de conhecimentos, a oportunidade de compartilhar estruturas e laboratórios, otimizar o uso de recursos, atender com maior eficiência a sociedade e a comunidade científica, além de fortalecer a UFT e as instituições envolvidas, sendo também uma forma estratégica e facilitadora de captação de recursos, tanto de fontes nacionais quanto internacionais. Essa também será uma estratégia permanente do Instituto.

12. RESULTADOS ESPERADOS

A criação do Instituto de Desenvolvimento Territorial – IDT visa agregar esforços aos projetos de Desenvolvimento do estado do Tocantins, bem como da Amazônia Legal, colaborando para a diminuição dos desequilíbrios regionais, a partir de sua contribuição na pesquisa, ensino, e extensão. Nossa visão de futuro é criar impacto em pesquisas e ações inovadoras no desenvolvimento local dos municípios tocaninenses e brasileiros.

A concepção do Instituto de Desenvolvimento Territorial exprime a consolidação de esforços realizados desde 2004 pelo Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional, sendo um espaço institucional para gestão acadêmica e pedagógica dos projetos e cursos de: Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas; Especialização em Gestão Pública (EaD); Especialização em Gestão Pública Municipal (EaD) e Graduação em Administração Pública (EaD).

Existe ainda a proposta de cursos e outras atividades de extensão em atendimento aos projetos já em andamento, além de outras iniciativas que poderão ser implementadas de acordo com a demanda, após a institucionalização do IDT.

O Instituto de Desenvolvimento Territorial espera ser uma instituição de reconhecimento local, nacional e internacional em estudos do Desenvolvimento de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável de nosso país.

Com relação ao desenvolvimento territorial, seguintes resultados mais concretos são envidados:

- Melhoria do processo de produção, com ganhos de produtividade e inserção no mercado, por meio de políticas de territorialização do sistema produtivo, sua inserção em cadeias de valor nacionais e internacionais e sua organização em aglomerações produtivas territoriais;
- Avanço das atitudes e capacitação empreendedoras nos diversos setores da economia regional;
- Fomento do espírito e das iniciativas de inovação tecnológica, vinculadas à economia regional;
- Desenvolvimento das capacidades de planejamento setorial e estratégico dos governos estaduais e municipais e da gestão de políticas públicas;
- Desenvolvimento de políticas de gestão social e ambiental e das técnicas de sua implementação.

No que tange as matérias-primas e a energia renováveis, esperam-se, os seguintes resultados em decorrência com a implantação e a gestão do presentemente proposto instituto:

- Melhoria do processo de produção e difusão dos novos conhecimentos e tecnologias relativas à produção e a comercialização de matérias-primas e energia renováveis no Tocantins e no MATOPIBA;

- Aproximação da Universidade das questões regionais por meio dos projetos de pesquisa e extensão, em virtude de sua intervenção inovadora e mobilizadora na produção e comercialização de matérias-primas e energia renováveis no Tocantins e no MATOPIBA;
- Articulação e integração do capital intelectual disponível na estrutura multicâmpus da UFT relativas à Agronomia, à Gestão Ambiental, às Engenharias, às Ciências Econômicas e Sociais;
- Contribuição para a superação das desigualdades regionais em ciência e tecnologia, em virtude da contribuição para o desenvolvimento econômico do Estado e do MATOPIBA no campo das matérias-primas e energia renováveis;
- Participação de forma ativa e produtiva da elaboração, implantação e desenvolvimento de ações que tornem a UFT referência em áreas estratégicas do Estado e do Brasil, no campo de matérias-primas e energia renováveis;
- Oferta de serviços de assessoria, consultoria e implementação de projetos e ações em consonância com as áreas dos Institutos no campo de matérias-primas e energia renováveis.

13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Estruturação do Instituto

O Instituto de Desenvolvimento Territorial levará a cabo suas linhas de pesquisa por meio de laboratórios específicos, a saber:

A) Laboratório de Desenvolvimento Regional Sustentável

São objetivos do laboratório:

- Desenvolver, junto ao setor público e produtivo do Tocantins, do MATOPIBA e do Brasil, capacidades para o planejamento e as políticas públicas, relativas ao desenvolvimento econômico regional, à organização produtiva em sistemas produtivos territorializados (aglomerações produtivas territoriais); para o fomento do empreendedorismo e inovação; e para a gestão do desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável
- Apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico no campo do desenvolvimento econômico, da gestão de políticas públicas, do fomento do empreendedorismo e da inovação; e da gestão social e ambiental do desenvolvimento;
- Estabelecer laços entre o setor público, o setor produtor, demais organizações e agentes da sociedade civil, e a academia.
- Contribuir para a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento regional sustentável.

As linhas e ações de pesquisa a serem desenvolvidas pelo laboratório abrangerão seguintes temas:

- Arranjos Produtivos Locais e Territorialização de Política de Desenvolvimento Regional;
- Gestão Social;
- Capacidades Institucionais Para Políticas e Planejamento do Desenvolvimento Regional e Local;
- Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Local;
- Economia do Desenvolvimento Sustentável.

As ações de extensão do laboratório envolverão seguintes projetos:

A - Promoção, junto ao setor público produtivo do Tocantins, do MATOPIBA e do Brasil, da organização territorialializada das políticas públicas e dos sistemas produtivos:

- Levantar e analisar o sistema produtivo regional e nexos existentes e potenciais com cadeias produtivas nacionais e internacionais
- Levantar necessidades de complementação de cadeias produtivas
- Levantar necessidades de capacitação para o planejamento estratégico e setorial, assim como para a gestão de políticas públicas com vistas à implementação de políticas territorializadas
- Reconhecimento e organização dos atores relevantes para a estruturação de aglomerações produtivas e organismos de gestão territorializadas de políticas públicas
- Desenvolvimento de modelos de gestão territorializada do desenvolvimento econômico.

B - Estabelecer laços entre o setor público e os agentes de políticas de gestão social:

- Diagnostico das condições de vida e de produção dos estratos sociais da sociedade tocantinense e do MATOPIBA
- Avaliar alternativas políticas de gestão social e de modelos institucionais de sua implantação
- Fomentar a organização da sociedade para a implantação de políticas de gestão social.

C - Contribuir para o desenvolvimento de capacidades institucionais para politicas e planejamento do desenvolvimento regional e local:

- Levantar necessidades de capacitação para o planejamento estratégico e setorial, assim como para a gestão de políticas públicas
- Desenvolver programas de capacitação para o planejamento estratégico e setorial e para a gestão de políticas públicas.

D – Contribuir para o desenvolvimento do empreendedorismo e a inovação, relacionados com as estratégias de desenvolvimento local:

- Diagnosticar as ações e as organizações do estado do e da região do MATOPIBA relativas ao fomento de empreendedorismo e de inovação
- Analisar e discutir modelos e experiências de fomentos de empreendedorismo e de inovação
- Desenvolver linhas de ação e modelos de organização de empreendedorismo e inovação no Estado e no MATOPIBA
- Apoiar a implantação de organizações e iniciativas em favor do empreendedorismo e da inovação.

E- Contribuir para o desenvolvimento para estratégias de crescimento sustentável e proteção dos recursos naturais e o meio ambiente:

- Analisar e conscientizar dos condicionamentos ambientais do desenvolvimento econômico, notadamente dos efeitos das mudanças climáticas e dos riscos aos recursos hídricos e ao solo derivados da produção agrícola intensiva
- Buscar estratégias de planejamento, zoneamento e manejo ambiental do desenvolvimento urbano e da agropecuária que protejam o patrimônio natural
- Promover técnicas de manejo sustentável da agricultura.

B - Laboratório de Matérias Primas e Energia Renovável

São objetivos do laboratório:

- Promover, junto ao setor produtivo do Tocantins, do MATOPIBA e do Brasil, a produção de matérias primas e de energias renováveis
- Apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico no campo da produção e comercialização de matérias-primas e energia renováveis
- Estabelecer laços entre produtores de matérias-primas e energia renováveis e seus usuários, em escala global
- Contribuir para a formulação de políticas públicas de apoio à produção de matérias-primas e energia renováveis no Tocantins e no MATOPIBA.

As linhas e ações de pesquisa a serem desenvolvidas pelo laboratório abrangerão seguintes temas:

- Levantamento do estado da arte de pesquisa que tangem o setor agrícola e industrial no estado de Tocantins e no MATOPIBA de relevância para a produção de matérias-primas e energia renováveis
- Com base no potencial econômico detectado, formulação de agendas de pesquisa básica, industrial e de comercialização de produção de matérias-primas e energia renováveis produzidas no Tocantins e no MATOPIBA
- Instituição de uma *knowledge center* relativo à produção e à comercialização de produção de matérias-primas e energia renováveis

- Prospectar e mobilizar fontes de financiamento à pesquisa relacionada com a produção de matérias-primas e energia renováveis no Tocantins e no MATOPIBA.

As ações de extensão do laboratório envolverão seguintes projetos:

A - Promoção, junto ao setor produtivo do Tocantins, do MATOPIBA e do Brasil, da produção de matérias primas e energia renováveis:

- Prospectar oportunidades de cultivos orientados para a produção de matérias primas e energia renováveis
- Mobilização de produtores para o cultivo relacionados com as MPR
- Promover processos de agregação de valor da produção voltada para matérias primas e energia renováveis
- Elaboração de projetos estratégicos para complexos industriais relativos à produção de matérias primas e energia renováveis.

B - Estabelecer laços entre produtores de matérias-primas renováveis e seus usuários, em escala global:

- Prospectar mercados globais relativos à produção de matérias primas e energia renováveis
- Contribuir para a divulgação dos potenciais da região para a produção de matérias primas e energia renováveis
- Contribuir para a modernização e a competitividade global do setor produtivo do Tocantins e do MATOPIBA na área de matérias primas e energia renováveis
- Contribuir para o desenvolvimento de acordos de cooperação técnica no campo das matérias primas e energia renováveis.

C - Contribuir para a formulação de políticas públicas de apoio à produção de matérias-primas e energia renováveis no Tocantins e no MATOPIBA:

- Contribuir para agendas políticas de apoio à produção de matérias primas e energia renováveis
- Contribuir para o planejamento estratégico regional
- Contribuir para a organização do setor produtivo
- Contribuir para a cooperação entre setor público e privado
- Contribuição para a formulação de políticas comerciais
- Contribuir para o desenvolvimento de acordos de cooperação científica no campo da produção de matérias-primas e energia renováveis.

13.2. Infraestrutura do Instituto

O Instituto de Desenvolvimento Territorial funcionará na atual sede do Núcleo de Desenvolvimento Regional, no Bloco III, sala 31, do Campus de Palmas, na UFT e contará os seguintes equipamentos para trabalho:

EQUIPAMENTOS	CARACTERISTICAS	QUANTIDADE
Notebook	Acer e Toshiba, Pentium100	04
Microcomputador	PIV 2.8 Ghz 512 MB DDR hd 80 GB Gravadora de CD Monitor 17" Teclado, Mouse, Cx de Som, No-Break	01
Mesa	Para reunião	01
Mesa	De escritório	03
Cadeiras	De secretária	14
Armário para pasta arquivo	De aço	01
Data show	Sony	01
Ar-condicionado	25000 BTU	01

O acervo científico e bibliográfico, adquirido ou doado, presentes no NUDER, também fará parte de seu patrimônio.

13.3. Administração Financeira

A administração financeira proveniente de captação de recursos de órgãos de fomentos e/ou instituições parceiras será realizada pela Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins – FAPTO.

14. PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO

Art. 1º Este Regimento disciplina sobre os aspectos de organização e funcionamento comuns do Instituto de Desenvolvimento Territorial da Fundação Universidade Federal do Tocantins – IDT/UFT.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O Instituto de Desenvolvimento Territorial da Fundação Universidade Federal do Tocantins tem por finalidade desenvolver atividades de pesquisa, extensão e ensino na pós-graduação a partir de uma proposta interdisciplinar correlacionando os aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais do desenvolvimento regional e local.

Art. 3º - O IDT tem os seguintes objetivos:

- I – Realizar pesquisas de modo a contribuir com o desenvolvimento do estado do Tocantins, do MATOPIBA e da Amazônia Legal;
- II – Promover intercâmbio de conhecimento com instituições parceiras no Brasil e exterior de forma a fomentar a produção acadêmica;
- III – Produzir dados socioeconômicos para publicações científicas a fim de divulgar os resultados das atividades de pesquisa e extensão do instituto;
- IV – Motivar e desenvolver métodos de pesquisa com abordagem multidisciplinar e interdisciplinar;
- V – Promover atividades de extensão, tais como: palestras, workshops, seminários, simpósios, encontros, conferências, treinamentos, capacitações e cursos;
- VI – Oferecer cursos de pós-graduação no âmbito das áreas de atuação do Instituto;
- VII – Estimular a capacitação de gestores públicos, professores, alunos, empreendedores, produtores rurais entre outros;
- VIII – Disseminar práticas de desenvolvimento local, tais como empreendedorismo popular, economia solidária, agroecologia e inovações tecnológicas enquanto estimuladores das capacidades humanas para alternativas de desenvolvimento.

Art. 4º - O IDT está estruturado nas seguintes áreas de atuação:

- I – Desenvolvimento econômico;
- II – Políticas Públicas;
- III – Capacidades Institucionais para o Desenvolvimento Regional e Local
- IV – Arranjos Produtivos locais, economia solidária e desenvolvimento regional;
- V – Desigualdade social, mercado de trabalho e pobreza;
- VI – Economia do Desenvolvimento Sustentável;
- VII – Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Local;
- VIII – Matérias primas e energias renováveis.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Seção I

Do Instituto de pesquisa e extensão

Art. 5º – Compete aos integrantes do IDT:

I – Participar das atividades científicas, de extensão e ensino, de acordo com a qualificação e perfil;

II – Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias;

III – Votar e ser votado nas eleições para Coordenador Geral do Instituto;

IV – Divulgar o IDT em eventos acadêmicos;

V – Participar da organização de eventos do Instituto;

VI – Contribuir na elaboração dos meios de divulgação científica do Instituto;

VII – Apresentar e desenvolver projetos de pesquisa e extensão.

Parágrafo único – Para fins do desenvolvimento de suas atividades de pesquisa e extensão, a estrutura organizacional contém o Laboratório de Desenvolvimento Regional Sustentável e o Laboratório de Matérias-Primas e Energia Renováveis.

Seção II

Da Estrutura Administrativa

Art.6º – O IDT possui a seguinte Estrutura Administrativa:

I – Coordenação Geral

II – Vice Coordenação

III – Docentes, Discentes, Técnicos/as administrativos/as e profissionais convidados.

Art. 7º – A Coordenação Geral do IDT será exercida por professor/a pesquisador/a Doutor/a membro do Instituto, eleito/a pelos demais e nomeado/a pelo reitor da UFT, de acordo com as normas vigentes, por um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido.

Art. 8º – Compete ao Coordenador/a Geral:

I – Coordenar as pesquisas do Instituto;

II- Coordenar as atividades de extensão do Instituto;

III – Executar as deliberações do Instituto;

IV – Propor, elaborar, executar e avaliar convênios com outras instituições, públicas e/ou privados, nacionais e/ou internacionais, em conjunto com a administração superior da UFT;

V – Diagnosticar a situação das diversas áreas do Instituto, no que se refere às necessidades de formação e/ou qualificação de recursos humanos, para o desenvolvimento dos trabalhos do Núcleo;

VI – Promover a integração acadêmica com os diferentes cursos da UFT em nível de graduação e pós-graduação;

VII – Presidir e convocar as reuniões do Instituto;

Seção III Das Reuniões

Art. 9º – O IDT deverá realizar pelo menos uma reunião ordinária trimestral, a ser marcada conforme as necessidades do Instituto.

Parágrafo Único – As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

Art. 10. – As atas das reuniões serão lavradas pelo Coordenador e apresentadas para apreciação e assinatura dos membros do IDT na reunião subsequente.

Seção IV Das Eleições

Art. 11. – Qualquer membro do IDT poderá votar e ser votado na eleição para Coordenação Geral e Vice Coordenação. O sistema de eleição se dará de forma consensual ou por voto direto e secreto dos integrantes do Instituto.

Parágrafo único – Em caso de voto direto, o processo será conduzido por uma Comissão composta por 3 (três) membros, escolhidos em reunião.

Seção V Das Publicações

Art. 12. – As publicações realizadas pelos membros do Instituto, bem como as doadas por outras instituições serão disponibilizadas à Biblioteca do referido Campus em que se apresentou e desenvolveu o projeto e/ou solicitou a doação.

Seção VI Dos critérios de Concessão de Benefícios aos membros do Instituto

Art. 13. – Qualquer membro do IDT poderá receber benefícios, sendo estes de natureza

meritocrática e se dará pelo mérito acadêmico e científico.

Seção VII Do Patrimônio

Art. 14. – Os equipamentos adquiridos com recursos dos projetos, convênios, assessorias, cursos e doações estarão vinculados ao IDT e incluídos no Patrimônio da UFT.

Parágrafo único – Caso o Instituto seja extinto, seu patrimônio ficará sob a guarda dos Campi em que foram desenvolvidas as pesquisas e demais atividades.

Seção VIII Das Disposições Gerais

Art. 15. – O presente Regimento poderá ser alterado pela aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros, em reunião extraordinária, a ser convocada especificamente para esse fim, devendo, após alteração, ser reapresentado ao CONSEPE para nova apreciação.

Art. 16. – O presente Regimento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação no Consepe.

Palmas, 31 de agosto de 2015.

Alex Pizzio da Silva